

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.464, DE 24 DE JANEIRO DE 2013.

Homologa as Tarifas de Energia – TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSDs e estabelece a revisão das receitas das instalações de conexão referentes à Cooperativa Aliança – Cooperaliança e dá outras providências.

[Nota Técnica n.º 15/2013-SRE/ANEEL](#)

[Voto](#)

[Anexos](#)

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no art. 13 da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, na Medida Provisória nº [605](#), de 23 de janeiro de 2013, no art. 15 do Decreto 7.805, de 14 de setembro de 2012, no Decreto 7.891, de 23 de janeiro de 2013 e nos processos 48500.006625/2012-12 e 48500.005665/2012-47:

Art. 1º Homologar o resultado da revisão tarifária extraordinária de 2013 da Cooperativa Aliança – Cooperaliança, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2º As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam a revisão tarifária extraordinária e os componentes financeiros pertinentes definidos no processo nº 48500.000747/2012-03, estarão em vigor no período de 24 de janeiro de 2013 a 13 de agosto de 2013.

Art. 3º As tarifas constantes do Anexo II contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico e deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Art. 4º Fixar as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSDs da Cooperaliança, constantes dos Anexos II-A e II-B, conforme as especificações a seguir:

I – as tarifas constantes do Anexo II-A estarão em vigor no período de 24 de janeiro de 2013 a 13 de agosto de 2013; e

II – as tarifas constantes do Anexo II-B estarão em vigor a partir de 14 de agosto de 2013 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Parágrafo único. Para o cálculo das TUSDs aplicáveis aos consumidores que assinaram Contrato de Compra de Energia Incentivada – CCEI, de acordo com a Resolução Normativa nº [247](#), de 21 de dezembro de 2006, aplicar-se-á o desconto divulgado mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE para cada consumidor sobre a parcela da TUSD sujeita a desconto, devendo o resultado ser somado à parcela da TUSD não sujeita a desconto, especificada no quadro U desta Resolução.

Art. 5º A partir do mês de fevereiro, a Cooperaliança fica isenta de pagamento da quota anual da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC.

Art. 6º Nos termos da Resolução Normativa nº [472](#), de 24 de janeiro de 2012, a Diferença Mensal de Receita – DMR da Cooperaliança, decorrente da aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE aos consumidores integrantes das Subclasses Residencial Baixa Renda, a partir de fevereiro de 2013, será custeada integralmente com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Art. 7º Em cumprimento ao art. 2º do Decreto 7.891, de 23 de janeiro de 2013, ficam retirados da estrutura tarifária os descontos de que trata o art. 1º desse Decreto.

Art. 8º Homologar o valor mensal discriminado no Anexo IV, a ser repassado pela Eletrobrás à Cooperaliança a partir de fevereiro de 2013, até o dia 10 do mês subsequente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº [605](#), de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Parágrafo único. O valor mensal de que trata o caput será mantido inalterado até o próximo reajuste ou revisão tarifária de 2013 da Cooperaliança.

Art. 9º Fixar o valor mensal de R\$ 150.006,58 (cento e cinquenta mil, seis reais e cinquenta e oito centavos), a ser repassado pela Eletrobrás à Cooperaliança a partir de fevereiro de 2013, até o dia 10 do mês subsequente, referente ao equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, conforme previsto no art. 13, inciso VIII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº [605](#), de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 4º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Art. 10. Ficam revogados os arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução Homologatória ANEEL nº [1.332](#), de 7 de agosto de 2012.

Art. 11. A íntegra desta Resolução e seus anexos encontram-se juntados aos autos, bem como estão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.aneel.gov.br/biblioteca>.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

Este texto não substitui o publicado no D.O. [24.01.2013](#), seção 1 – Edição Extra, p. 20, v. 150, n. 17-A, e o [retificado no D.O. de 20.02.2013](#).